

SUMÁRIO

Apresentação dos autores.....	9
Nota dos autores à edição brasileira.....	11
Prefácio.....	13
Abreviaturas	17

I.

INTRODUÇÃO, 19

§1. Objeto da investigação e metodologia adotada	19
§2. Conhecimento e imputação	26
1. Noção de conhecimento	26
2. Imputação de conhecimento	29
§3. Natureza da imputação de conhecimento às pessoas coletivas	32
1. A imputação de conhecimento como juízo normativo.....	32
2. A plurifuncionalidade do juízo de imputação	35
3. Imputação de conhecimento e ponderação sinéptica	37

II.

A IMPUTAÇÃO DE CONHECIMENTO NOS SISTEMAS DE *COMMON LAW*, 39

§4. As general rules of attribution	39
1. As <i>rules of attribution</i> : sistematização	39
2. As <i>general rules of attribution</i>	40
§5. As <i>primary rules of attribution</i>	47
1. Noção	47
2. Reconduções dogmáticas: um organicismo anglo-saxónico?.....	49
§6. As <i>special rules of attribution</i>	53
1. Origem: a <i>directing mind and will doctrine</i>	53
2. A interpretação evolutiva da <i>directing mind and will doctrine</i>	57

III.

A IMPUTAÇÃO DE CONHECIMENTO NO ESPAÇO GERMÂNICO, 61

§7. A teoria do conhecimento absoluto	61
1. A decisão do RG de 8-fev.-1935	61
2. Fundamentação dogmática	62
§8. A teoria da representação do conhecimento	65
1. Os estados subjetivos relevantes do representante.....	65
2. A representação do conhecimento e o princípio de imputação do conhecimento	67
3. O <i>Wissensvertreter</i> e a organização interna da sociedade	69
§9. A teoria do risco de organização	71
1. O declínio das teorias representativas	71
2. A segurança no tráfego e o risco de organização (<i>Organisationsrisiko</i>).....	74

IV.

CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO DE CONHECIMENTO: O RISCO DE ORGANIZAÇÃO, 77

§10. O risco de organização como critério de imputação	77
1. O conhecimento como um fator de risco de organização e a segurança no tráfego.....	77
2. A organização do conhecimento como parte da organização societária	79
3. A imputação de conhecimento como alocação de risco	83
§11. Desenvolvimento e concretização	85
1. A “adequação” da organização	85
2. Cont.: Parâmetros gerais.....	87
3. Cont.: Convocação das regras de <i>corporate governance</i>	91
4. O limite da imputação: A controlabilidade do risco da segregação da informação	93
§12. Desvios: bloqueio da imputação.....	94

1. O bloqueio da imputação perante deveres de confidencialidade e segregação de informação: segredo profissional, <i>chinese walls</i> , proteção de dados pessoais	94
§13. Excurso: culpa de organização v. imputação objetiva do conhecimento	98
§14. Sequência.....	103

V. GRUPOS DE CASOS, 105

§15. O conhecimento adquirido pelos membros dos órgãos sociais no exercício de funções	105
1. O caso das máquinas <i>overlock</i>	105
2. Enquadramento e solução.....	106
§16. O conhecimento adquirido por quem não integra os órgãos sociais.....	108
1. O caso dos restaurantes de fast food	108
2. Enquadramento e solução.....	109
§17. O conhecimento adquirido fora do exercício de funções	112
1. Os casos do derrame de produtos químicos	112
2. Enquadramento e solução.....	114
§18. O conhecimento adquirido antes do início das funções	123
1. O caso das garantias não registadas nas contas	123
2. Enquadramento e solução.....	124
§19. O conhecimento de um membro de órgão social coletivo.....	126
1. O caso da bouça nova	126
2. Enquadramento e solução.....	127
§20. O momento da imputação de conhecimento	128
1. O caso da comunicação do sinistro	128
2. Enquadramento e solução.....	129
§21. O esquecimento da informação	133
1. O caso da contaminação esquecida	133
2. Enquadramento e solução.....	135
§22. A cessação de funções do agente.....	139
1. O caso do lençol freático.....	139
2. Enquadramento e solução.....	140

§23. A agregação de informação.....	143
1. O caso das agências bancárias	143
2. Enquadramento e solução.....	144
§24. Os deveres de confidencialidade e as barreiras informativas (<i>chinese walls</i>).....	149
1. Os casos das “chinese walls” e do segredo médico	149
2. Enquadramento e solução	150
§25. <i>A cognoscere non velle protestatio</i>	154
1. O caso do suborno	154
2. Enquadramento e solução.....	155

VI. DESENVOLVIMENTOS SECTORIAIS, 159

§26. Imputação de conhecimento no direito dos valores mobiliários.....	159
1. Visão panorâmica da projeção do tema neste ramo do Direito	159
2. Novamente o caso das agências bancárias: intermediação financeira, dever de adequação e fragmentação da informação	162
3. Os desafios colocados pelo dever de adequação à luz da MiFID II.....	163
4. A fragmentação da informação e suas especificidades no quadro bancário e mobiliário	168
5. Síntese conclusiva para solução do caso	169

BIBLIOGRAFIA, 171

ÍNDICE IDEOGRÁFICO, 177